

A LANÇA INDÍGENA DO CINEMA CONTRA A GUERRA INFINITA DO COLONIALISMO – ENTREVISTA COM MARCELO COSTA CUHÊ KRAHÔ

The indigenous spear of cinema against the endless war of colonialism - Interview with Marcelo Costa Cuhê Krahô

La lanza indígena del cine contra la guerra infinita del colonialismo – Entrevista con Marcelo Costa Cuhê Krahô

Ricardo de Jesus Machado¹
Marcelo Costa Cuhê Krahô

DOI:10.31501/esf.v3i34.16549

Resumo: Nesta entrevista o cineasta Marcelo Costa Cuhê Krahô fala sobre sua trajetória, destacando o papel transformador da educação em sua vida e como foi seu despertar para sua identidade indígena. Além disso, discute cinema, sexualidade e a importância da arte e da cultura na luta contra o colonialismo.

Palavras-chave: Comunicação. Cinema. Povos Indígenas. Colonialismo. Cultura.

Abstract: In this interview, filmmaker Marcelo Costa Cuhê Krahô discusses his career, highlighting the transformative role of education in his life and how it awakened his Indigenous identity. He also talks about cinema, sexuality, and the importance of art and culture in the fight against colonialism.

Keywords: Communication. Cinema. Indigenous People. Colonialism. Culture.

Resumen: En esta entrevista, el cineasta Marcelo Costa Cuhê Krahô habla sobre su trayectoria, destacando el papel transformador de la educación en su vida y cómo despertó su identidad indígena. También habla sobre cine, sexualidad y la importancia del arte y la cultura en la lucha contra el colonialismo.

Palabras-clave: Comunicación. Cine. Pueblos Indígenas. Colonialismo. Cultura.

¹ Doutor; Universidade Federal do Oeste da Bahia, Santa Maria da Vitória, BA, Brasil. ricomachado@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-6141-5168>.

Apresentação

Nem todos os indígenas nascem aldeados. A frase pode parecer óbvia para qualquer pessoa que conhece a realidade dos indígenas no Brasil, mas essa compreensão está longe do alcance da maior parte das pessoas que vivem neste país. Essa negação é resultado, podemos dizer, do “sucesso” da empresa colonial em nosso território, que continua produzindo mecanismos de exclusão e etnocídio de inúmeros povos nativos. Esse projeto de branqueamento, reproduzido em diversas camadas sociais e econômicas, não deixa sequer os próprios indígenas imunes. “Primeiro veio a autodeclaração, autoaceitação, me enxergar como indígena. Aí passei por todo esse processo de preconceito dentro do movimento indígena. Ouvi de pessoas ‘Ah, é índio que nada’, ‘É índio fake’, ‘Não tem nem aldeia’”, explica Marcelo Costa Cuhexê Krahô, em entrevista concedida presencialmente, em outubro de 2025, na Universidade Federal da Bahia – UFOB, durante o Festival Buriti de Audiovisual.

O despertar indígena de Marcelo, que desde criança ouvia histórias de sua mãe e avó sobre sua origem indígena, ocorreu durante o Acampamento Terra Livre, em 2019, quando encontrou uma anciã da etnia Krahô. “Aí eu fui lá, contei toda a história para a Kayary, que hoje é minha avó. Ela me recebeu dentro da cultura Krahô, disse-me que o que eu falava era verdade. Enquanto eu contava minha história, havia outras mulheres só escutando, principalmente as anciãs, que ponderavam que na época da chegada dos colonizadores muitas mulheres foram levadas. E essas mulheres foram para onde? E os filhos dessas mulheres? E os filhos dos filhos dessas mulheres? Você está entendendo? O Brasil ainda não acordou para ser o que é de fato, mas a gente ainda vai chegar lá”, projeta.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Durante a entrevista, Marcelo lembrou das diferenças e sutilezas do racismo no Brasil - com seus mil tentáculos - que se perpetua ao longo dos séculos. “O racismo cometido contra os indígenas vem daí. Da tentativa de desidentificação, da retirada da identidade, da captura do nosso espírito, da branquificação. O projeto colonial foi branquificar os indígenas, vesti-los, proibir que falassem seus idiomas, domesticar o espírito para retirar o ‘demônio’ do corpo. Então, impuseram a língua, proibiram a adoração das nossas divindades e nos forçaram a adorar Jesus. Tentaram matar o nosso espírito, vestiram nossos corpos, estupraram nossas mulheres. Mataram nossos guerreiros, nossos anciãos, que são nossas bibliotecas e memórias vivas. Mataram nossas crianças, e matam até hoje, que são a esperança do nosso território e da nossa luta por um mundo melhor”, protesta.

A luta, claro, não é só dos Krahô. É disso que trata a guerra colonial infinita na qual a arte e a cultura indígena buscam, dia a dia, vencer. “O projeto e a guerra contra a colonização estão acontecendo agora. No território dos Guarani-Kaiowá eles estão lutando contra o veneno que os aviões jogam em cima deles. Os Pataxó, na Bahia, estão sofrendo atentados de pistoleiros a mando dos fazendeiros latifundiários. Os Yanomami estão sofrendo com o mercúrio. Os Munduruku sofrem com metal pesado em seus territórios. As crianças já nascem com deformações em função das consequências do garimpo. As próximas gerações já estão comprometidas também. Tudo isso está acontecendo agora. Nossos corpos continuam tombando agora. A guerra não acabou. Não acaba. Ela continua, por isso que a nossa luta também é constante e contínua”, pontua.

É diante dessa implacável realidade que Marcelo Costa Cuhexê Krahô faz de seu cinema um ato não somente político, mas transforma suas produções cinematográficas em uma lança contra o

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

colonialismo. “Eu nunca fiz pauta de jornalismo sem responsabilidade social. Eu não faço matéria para falar de coisas que não agregam na luta de algum grupo, seja de pessoas com deficiência, seja da comunidade LGBTQIA+, seja de indígenas, seja da comunidade quilombola. Eu tenho que agregar algum valor à luta desses grupos. Se não, para mim não faz sentido. Cinema é da mesma forma. Eu faço com essa responsabilidade. Eu não faço só pelo festival, ou por fazer cinema. Se não tiver causa, não faço. A ideia já nasce na minha cabeça como uma causa”, explica o entrevistado.

Marcelo Costa Cuhexê Krahô é cineasta, jornalista, produtor e pesquisador brasileiro, natural da cidade de Carolina-MA, reside atualmente em Brasília-DF, onde é membro de diversas organizações da sociedade civil. Tem se destacado por seu trabalho com o cinema indígena. Entre seus trabalhos mais reconhecidos está a série documental *Terra Sem Pecado* (2020), que aborda o gênero e a sexualidade em sua mais diversa amplitude entre os povos indígenas e a presença constante do preconceito e da LGBTQfobia dentro e fora das aldeias. É diretor, também, do documentário *Levante pela terra* (2022), que reflete a luta dos povos originários contra o garimpo, a mineração, o agronegócio e a invasão dos territórios.

Eis a entrevista.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

RICARDO DE JESUS MACHADO: Como a educação e a construção do conhecimento se tornaram um caminho importante na sua trajetória?

MARCELO COSTA CUHUXÊ KRAHÔ: A educação foi e continua sendo importante no desenvolvimento da minha vida, nos espaços onde cheguei, as pessoas que conheci, os trabalhos que realizei, tudo por meio da educação. Ela é uma passagem, um bilhete que nós pagamos para chegar a algum lugar. A educação traz autonomia, liberdade e estrutura oportunidades.

Minha mãe, por ser uma professora, ela sempre bateu muito nessa tecla e insistiu que estudássemos, porque ela sabia o que havia passado lá atrás. Minha mãe era professora do maternal em Carolina, uma cidade no interior do Maranhão, às margens do Rio Tocantins, onde do outro lado fica Filadélfia, no estado do Tocantins. É nesse lugar que eu venho a este mundo. Filho de uma família que é, por parte de mãe, descendente de indígenas, e, por parte de pai, descendente de garimpeiros, inclusive meu pai. Hoje, veja que ironia, faço filmes de combate ao garimpo, de conscientização e preservação do meio-ambiente.

O mundo dá muitas voltas. Foi a educação que me permitiu fazer tudo isso, questionar a história, recontá-la, reescrever quando preciso for. Tudo isso é a educação e o conhecimento que nos transforma, por isso precisamos, primeiro, entrar nesse mundo para depois fazer ou desfazer qualquer coisa.

Sou filho de uma família cuja mãe era professora e agora está aposentada. Professora Raimunda Coelho. Veja, ela teve quatro filhos e ainda não tinha terminado os estudos. Depois que meu pai faleceu e minha mãe ficou viúva, com 29 anos, ela se viu na necessidade de terminar os estudos para poder

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

dar aula para as crianças do maternal. Assim ela fez Magistério, em seguida passou no concurso da prefeitura, e, depois de concluir o Ensino Médio, fez concurso e passou a ser professora pelo Estado do Maranhão. Assim ela foi professora no Colégio do Sertão Maranhense, hoje chamado de Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, referência para o estado do Maranhão.

Minha irmã mais velha, Andreia Pinto, concluiu os estudos básicos na cidade, foi fazer graduação na Universidade Federal do Pará - UFPA, em Belém, e lá ela se formou em Letras Português, Inglês e Espanhol. Fez pós-graduação na Universidade Federal do Tocantins - UFT, fez curso de gestão educacional e tudo mais. Hoje ela é a gestora do IEMA, um instituto de ponta de educação técnica, com laboratórios de última tecnologia e com a escola toda reconstruída. Isso graças à atuação dela e de todo o corpo de gestão da escola. Inclusive, este ano (2025) ela foi a Brasília receber uma premiação cujos recursos financeiros serão investidos na escola.

Tudo isso são coisas que aconteceram com a minha família por meio da educação, então este é um vetor muito importante na nossa história. É por isso que eu digo que eu sou de uma família de educadoras. Porque cada pessoa, na sua área, procurou fazer a diferença, a começar pela minha mãe que terminou a faculdade de pedagogia depois dos 40 anos. E hoje, cada um de seus filhos tomou seu rumo, proporcionado pelas oportunidades que a educação nos trouxe. Porque se hoje eu faço documentário, faço cinema, isso tem um começo no esforço de minha mãe. Eu já me formei em jornalismo fazendo cinema, essa é a verdade. Meu trabalho de conclusão de curso foi um filme. E não parei mais.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

RICARDO DE JESUS MACHADO: Você mencionou que é formado em jornalismo. Como foi a tua experiência na universidade como estudante indígena? Quais foram os principais desafios que enfrentou para dar conta dessa formação?

MARCELO COSTA CUHÊ KRAHÔ: Na verdade, eu passei o curso inteiro sendo apenas o Marcelo. Eu não era o Marcelo Costa Cuhê Krahô na faculdade de jornalismo. No princípio fiz meus cursos em instituições particulares de Brasília, que têm um perfil um tanto quanto – como eu posso dizer – não acolhedor às causas sociais. Então não se falava muito sobre questões indígenas, pelo menos na universidade que eu estudei, na Universidade Católica. No período que eu passei lá, a gente não falava sobre questões indígenas e, também, eu estava despertado para isso. Vou ser muito sincero a você, Ricardo, a identidade indígena em minha vida é um despertar.

Quando eu me dou conta de que eu sempre ouvia da minha avó, da minha mãe, das minhas tias, a história da minha identidade indígena, percebo hoje, que aquilo entrava em um ouvido, saía no outro. Não repercutia em nada na minha vida. Eu não me apresentava como Marcelo Costa Cuhê Krahô, sequer sabia o que era Krahô. Aí depois eu fui me interessando em pesquisar, saber, para pouco a pouco ir desmistificando a história e sabendo melhor. Então eu passei a faculdade de jornalismo inteira sem reafirmar minha identidade. Era só o Marcelo.

Quando estava no meu estágio de jornalismo, na TV Bandeirantes de Brasília, passei por situações muito constrangedoras. Eu era produtor, toda vez que eu propunha uma pauta indígena era recusada. Até que um dia uma pessoa que exercia um cargo de chefia me olhou e disse: “Você não

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

percebeu ainda que a casa não gosta desse tema?” Então ali eu me desiludi com o jornalismo, pois não se podia falar sobre os indígenas.

Com esse episódio passei a frequentar o movimento indígena em Brasília, por meio do Acampamento Terra Livre - ATL, que começou em 2003. Aí eu frequentando o ATL, fui despertando politicamente, socialmente e fui sendo puxando para a luta. A ancestralidade foi me puxando para a luta. Você está entendendo? Eu fui me interessando em saber como era a realidade dos indígenas no Brasil.

Eu nunca fiz pauta de jornalismo sem responsabilidade social. Eu não faço matéria para falar de coisas que não agregam na luta de algum grupo, seja de pessoas com deficiência, seja da comunidade LGBTQIA+, seja de indígenas, seja da comunidade quilombola. Eu tenho que agregar algum valor à luta desses grupos. Se não, para mim não faz sentido. Cinema é da mesma forma. Eu faço com essa responsabilidade. Eu não faço só pelo festival, ou por fazer cinema. Se não tiver causa, não faço. A ideia já nasce na minha cabeça como uma causa.

Está certo que a maior parte dos indígenas do Brasil estão com a sua identidade diluída nos cabelos louros, nos olhos azuis e nas peles brancas. Isso dilui a identidade indígena, mas não apaga, como o processo de colonização quer que seja apagado. Sabe por que não apaga? Porque nós temos memória, e a memória vem justamente de expressões como “Minha avó foi pega no laço”, “Minha avó foi pega o casco do cavalo”, “Minha avó foi pega no dente do cachorro”. Confrontarmos essas expressões implica compreender que por trás delas está o estupro coletivo, de onde adveio a maior parte da população brasileira.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Nós somos frutos de um estupro coletivo, inclusive comprovado recentemente por uma pesquisa científica² que aponta a presença genética do código do genoma indígena no povo brasileiro por intermédio da geração matrilinear. Ou seja, foram as mulheres indígenas que passaram o genoma indígena, os códigos genéticos, para nós, e isso comprova o estupro.

Essas consciências e memórias foram me sacudindo. O Marcelo Costa Cuhexê Krahô foi acordando e despertando dentro de mim. Quando eu vi, já estava na luta com a flecha e com o arco. A câmera virou o arco e a informação virou a flecha. A comunicação, que é o meu meio de atuação, tornou-se também uma ferramenta de luta dentro do movimento indígena. Não há como estar dentro do movimento sem agregar, sem somar na luta.

Por exemplo, se você é professor, você traz o seu notório saber, seu conhecimento, para agregar na luta. Assim é com todos os indígenas que hoje entram nas universidades, que saem dos seus territórios e vão para a universidade. Quando a agregam àquele conhecimento, retornam para o território, os levam para a sua comunidade e fazem a diferença na vida do seu povo.

RICARDO DE JESUS MACHADO: Conte-nos mais sobre o despertar do Marcelo Costa Cuhexê Krahô, o Marcelo identificado como indígena...

MARCELO COSTA CUHUXÊ KRAHÔ: Eu fui perguntar para a minha mãe como era esse negócio de Krahô, se a gente era ou não era. Ocorre que nesta época fui para a Marcha das Mulheres Indígenas, em 2019, e fui recebido por uma anciã chamada Kayary. Na cultura Krahô, quando as pessoas te

² Uma das mais recentes pesquisas científicas sobre o tema foi conduzida por pesquisadores da Universidade de São Paulo – USP, tendo sido publicada na Revista Science. NUNES, K. *et al.* Admixture's impact on Brazilian population evolution and health. Science. 15 maio 2025.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

acolhem na família você passa a ser um membro efetivo e recebe um nome de um membro daquela família, que pertence a um clã.

Nossa cultura é dividida por clãs e dentro dos clãs tem as famílias. Eu contei toda a minha história para ela, dizendo que eu também era indígena. Ela ficou curiosa em me ouvir. “É mesmo? Como assim?”, me indagou. Eu disse, “Olha, sou de Carolina, no Maranhão, e o território Krahô, fica do lado da minha cidade”. Muitos indígenas migraram, caminharam muito, mas o povo Krahô está ali, o território continua do lado. contei da minha bisavó que casou com o meu bisavô. Ela quis saber como eles casaram, contei a história, de que ela foi pega no laço, etc.

Na época de minha bisavó, nós indígenas morávamos na grande aldeia, que é a aldeia antiga dos Krahô – e não somente, pois há mais de 20 povos – ao redor de uma montanha que fica na Chapada das Mesas, em Carolina, no Maranhão, hoje vulgarmente chamada de Morro do Chapéu. Seu nome krahô é Wookrã, que é a grande montanha sagrada que ficava no centro do território, onde, ao redor dessa montanha, viviam mais de 20 povos, dentre eles, além dos Krahô, Krikatí, Kanela, Pinagé, Gavião, Xerente, Kayapó. Eram muitos.

O processo de colonização, no centro do Brasil, foi mais tardio em relação à costa, tanto que a desumanização e a fragmentação identitária dos povos indígenas do Nordeste ocorreu primeiro. Dentro das aldeias do Nordeste é possível perceber a presença de igrejas católicas antiquíssimas, comprovando a presença dos jesuítas lá. Hoje, para além de igrejas católicas, há as igrejas neopentecostais, que têm cada vez mais entrado dentro dos territórios. Essa invasão nos territórios do interior do Brasil teve uma temporalidade diferente do que ocorreu com os povos da costa e também

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

diferente daquela com os povos do interior da Amazônia. Cada uma dessas realidades tem uma temporalidade diferente da colonização. O território Krahô, inclusive, é um dos primeiros demarcados do Brasil. Foi demarcado em 1989, logo depois da redemocratização e da Carta Constituinte de 1988.

O nosso sítio sagrado natural é Wookrã, que é a mesa mais alta da Chapada. Nenhum desses povos da região vive lá perto. Os Kayapó foram bater no Pará. Os Kanela foram parar mais ao norte, subiram para o Maranhão. Tem Gavião no Maranhão, mas a maior parte está no Pará. No período em que houve o massacre e a expulsão desses povos, minha avó foi pega no laço. Quando os colonizadores chegavam nas aldeias, eram massacrados todos os homens, velhos e crianças; e as mulheres mais novas eram levadas no laço, pegavam correndo com cavalo, botavam os cachorros para pegar, tudo isso para serem estupradas. Enquanto os homens foram massacrados e mortos, as mulheres foram estupradas.

É a partir de toda essa consciência que vem o Marcelo Costa Cuhexê Krahô. Esse despertar vem gradativamente. Não foi da noite para o dia. A gente é ensinado a ter vergonha de falar sobre as nossas raízes indígenas. Nós não somos ensinados a ter orgulho de dizer que somos indígenas. Quando eu comecei a bater nessa tecla na minha família, fui rechaçado por meus irmãos, por meus primos. Em um diálogo com um primo, eu disse, “Primo, você sabe que a nossa bisavó foi estuprada e que isso traz uma dor muito grande para o que nos tornamos hoje?”, ao passo que ele me respondeu, “Pelo menos ela virou gente”.

Então continua-se reproduzindo o preconceito. Tem essa parte das pessoas que não dizem “A minha avó era indígena”. Eu fui na UFPA e uma mulher falava assim: “Minha avó era indígena”. Eu

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

perguntei: “E você?”. “Ah, eu não sou”, ela respondeu. Entende? A gente olha para a população do Pará, de Belém principalmente, e não tem como não dizer que todo mundo ali é indígena. Porque um traço ou outro tem.

Eu fui me aceitando. Antes de me colocar para os outros, eu tive que me aceitar primeiro. Porque é uma aceitação também. Foi necessário, primeiro, entender o processo de se autodeclarar, pois há um conflito dentro do movimento indígena das pessoas autodeclaradas, que não são reconhecidas pelos indígenas do território. Há os autodeclarados que querem pesquisar suas origens, que não veem nenhum problema nisso, em buscar suas próprias raízes. São movimentos distintos. Ser não é pertencer, mas pertencer já é ser, porque quem pertence já nasce sendo. É diferente de quando você toma consciência de que é indígena e que pode se autodeclarar indígena. As pessoas têm o direito de falar por si. Não é o outro que vai impor a tua identidade e dizer o que tu és. Quem deseja esse reconhecimento de verdade vai à comunidade e dá um passo adiante.

Foi o que eu fiz. Primeiro veio a autodeclaração, autoaceitação, me enxergar como indígena. Aí passei por todo esse processo de preconceito dentro do movimento indígena. Ouvi de pessoas “Ah, é índio que nada”, “É índio fake”, “Não tem nem aldeia”. Aí eu fui lá, contei toda a história para a Kayary, que hoje é minha avó. Ela me recebeu dentro da cultura Krahô, disse-me que o que eu falava era verdade. Enquanto eu contava minha história, havia outras mulheres só escutando, principalmente as anciãs, que ponderavam que na época da chegada dos colonizadores muitas mulheres foram levadas. E essas mulheres foram para onde? E os filhos dessas mulheres? E os filhos dos filhos dessas

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

mulheres? Você está entendendo? O Brasil ainda não acordou para ser o que é de fato, mas a gente ainda vai chegar lá.

Na ocasião, minha avó Kayary, disse assim, “Olha, então vamos fazer o seguinte, você vai passar por determinados rituais. Você vai à aldeia e a gente vai realizar todo o ritual de pertencimento”. Assim eu fiz. Ela perguntou, me deu duas opções de nome, cujo primeiro eu não lembro, mas sei que significava “casco de tatu”. E o segundo foi o que eu mais gostei, Cuhexê, que significa “embira do arco”, que lança flecha.

Foi um momento muito bonito, uma reconexão ancestral, ali mesmo, na Marcha das Mulheres, em um território de luta, em pleno acampamento político das mulheres. Foi neste momento que recebi o meu nome ancestral, de uma anciã do meu povo. Uma mulher, representando ali nada mais, nada menos, do que a figura da mulher indígena que foi estuprada. Essa figura feminina veio recuperar minha ancestralidade indígena. Então hoje eu sou Cuhexê em todas as aldeias indígenas, porque no Krahô você não inventa nome, igual o pessoal inventa na cidade. Lá (na aldeia) os nomes se repetem, porque têm fundamento, têm significado. O Cuhexê de uma aldeia é Cuhexê em todas as aldeias. Porque em cada aldeia tem um Cuhexê. E eu sou todos eles e eles são eu também. Eles são minha família e eu sou a família deles. É assim que funciona.

RICARDO DE JESUS MACHADO: E como foram esses rituais?

MARCELO COSTA CUHÊ KRAHÔ: Passei pelos rituais que elas me indicaram, o que inclui a confirmação do meu nome perante toda a comunidade. Depois de passar pelos rituais, me colocaram na esteira de Buriti e cortaram o meu cabelo, como todos cortam, o mesmo corte, homens e mulheres. Esse corte tem a ver com os ancestrais que já se foram. Então, a gente só corta o cabelo com esse fundamento, em respeito e memória a algum ancestral nosso que já foi.

Então eu sentei na esteira de buriti, as mulheres me pintaram de jenipapo, de urucum e cortaram o meu cabelo. Depois veio toda a comunidade, cada um com um presente, com colares, pulseiras, com bolsas. Eu ganhei tanto presente, tenho fotos, registros de tudo isso. Depois de ter recebido todos esses presentes, os anciãos homens, me pegaram pela mão e me levaram por toda a comunidade que estava no pátio. Diziam na própria língua, “Vocês estão vendo? Esse é Cuhêxê. Para que vocês saibam ele tem um lugar aqui dentro. O nome dele é Cuhêxê, vocês nunca podem esquecer disso. Que todos escutem. O nome dele é Cuhêxê”. E repetindo, repetindo, e reafirmando diante de toda a comunidade. Diante dos mais velhos e dos mais novos, meu nome ancestral foi confirmado. Isso tudo ocorreu em 2024.

RICARDO DE JESUS MACHADO: Eu te conheci, Marcelo, por conta do cinema, especialmente por meio do documentário *Terra sem pecado* (2020). Então, gostaria que você falasse um pouco sobre qual o papel do cinema na tua vida?

MARCELO COSTA CUHUXÊ KRAHÔ: Olha, Tybyra surge como uma entidade terrível. Você sabe o que é caboclo? Tem um monte de nomes de caboclo. Caboclo Sete Flechas, Caboclo Pena Branca, Caboclo Jurema, não tem? Tem. Pois hoje nós temos o caboclo Tybyra.

Tybyra é essa entidade que hoje baixa não nos terreiros, mas nas academias e universidades para recontar a história deste país. O preconceito que Tybyra sofreu respingou em toda a sociedade brasileira, que é embasada no preconceito, nessas mazelas trazidas pela colonização. Eu precisei vir para Brasília, no Distrito Federal, para me reafirmar enquanto indígena. Tive que sair do meu território ancestral, natural, para tomar consciência de quem realmente eu sou. O que possibilitou isso foi a educação e a universidade, ter conhecimento para poder questionar a história e reescrevê-la. Tybyra vem daí. Foi ele quem disse, “faça um filme sobre mim”.

Quando eu tomei conhecimento desse fato histórico – o assassinato de Tybyra –, foi por meio de uma ONG da Bahia, que deu um enfoque para essa questão, isto é, o primeiro caso da homofobia do Brasil. Pensei, “Então quer dizer que Tybyra foi um conterrâneo meu?” Aí eu peguei aquilo com todas as minhas forças. Eu te quero só para mim, Tybyra, mas vou te compartilhar com todo mundo. E assim foi, porque ali eu vi que a gente, a partir da história de Tybyra, tinha como questionar aquela que foi contada pelos colonizadores. Qual seja o livro *Viagem ao Norte do Brasil. Feita nos anos de 1613 e 1614* (2002), de Yves Devreux, com essa missão dos capuchinhos no Maranhão, em que eles encontraram entre os tupinambás, que viviam lá nesse período, a sexualidade livre.

Foi fantástico descobrir que havia outros referenciais de sociedade, de organização social. Inclusive porque eu já estava cansado dessas letrinhas todas LGBT, pois daqui a pouco não se para

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

mais de criar caixinhas. Primeiro era GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, depois LGBTI, depois ainda LGBTQIA+, agora LGBTQIAPN+. Enfim, eu não tenho problema nenhum de acrescentar novas letras, acho que isso nem é a questão. O problema é continuar criando caixas para encaixar as pessoas ali dentro. Caixas são armários e os armários vieram junto com as caravelas. Foi isso que Tybyra me disse. Não só a LGBTfobia, mas também o machismo, o racismo, a misoginia, o sexismo. Tudo isso veio junto nesses armários das caravelas da colonização.

Aliás, nós podemos questionar todo o processo de invasão a partir da sua execução, pois ele foi morto sem ter cometido crime algum. Tybyra não matou ninguém, não fez mal a ninguém. A visão cristã, que exige um comportamento de controle de corpos por meio da culpa, da hipersexualização, impôs uma epistemologia estrangeira que até hoje causa essa confusão toda na nossa sociedade. Tybyra vem daí. Ele é uma entidade que vem dar um passe magnético geral no Brasil e dizer que nós temos outros como ele. Tybyra é só a pontinha do cordão, se puxarmos, tem muito mais linha no novelo.

Tybyra não cessa de morrer desde 1614 e foi aí que ele se tornou mais vivo. Porque quando despedaçaram Tybyra multiplicaram sua existência. Hoje ele vive em mim e em cada um dos depoentes do Terra Sem Pecado. Tybyra vive em cada uma das pessoas que se identificaram com a narrativa do filme (Terra sem pecado) e que entraram em contato comigo dizendo que em vários momentos viram a sua própria vida no documentário. O *Terra Sem Pecado* tem essa função, esse papel sócio-histórico e cultural, de não só provocar, mas também de dizer que essa história é também contada a partir desses relatos de outras pessoas.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

É possível a gente se identificar com essas narrativas de referências indígenas, que até então não eram pauta de estudos na academia, na universidade. Veja, Foucault é uma figura muito emblemática e que baliza várias pesquisas acadêmicas mundo afora e no Brasil. Ele é tido como uma estrela da academia, um pensador reformista e tudo mais. Foucault viveu na Amazônia e teve mais de um companheiro indígena, não vou dizer que casou, porque casar é uma palavra cristã. E não foi só um, nem dois e nem três. Em qual livro Foucault relata isso? Dessa experiência ele extraiu, certamente, conhecimentos que compartilhou com todas as pessoas que o admiram. Aí eu pergunto, por que Foucault não revelou a fonte indígena em suas pesquisas? Foucault se relacionou amorosa e sexualmente com indígenas do mesmo sexo na Amazônia. Assim como os outros pensadores, ele passou a borracha eurocêntrica na nossa figura indígena. Mas Tybyra está em cada um desses homens com os quais Foucault se relacionou.

RICARDO DE JESUS MACHADO: Tudo isso nos leva a pensar na questão do apagamento que é, paradoxalmente, uma marca indelével na história dos povos indígenas do Brasil. Como isso se converte em uma marca do racismo brasileiro?

MARCELO COSTA CUHÊ KRAHÔ: Em primeiro lugar eu acho importante falarmos da diferença do racismo por invisibilidade (o apagamento) e do racismo por estereotipação. Eu acho importante falar dessa comparação, pois quando se fala de racismo no Brasil parece uma coisa só, e não é. Os africanos vieram para cá na condição de sequestrados e escravizados. Eram pessoas estrangeiras, em terras que eles não dominavam, então ficaram à mercê de toda sorte aqui. Eles eram forçados a seguir

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

à risca o que era ditado pela Casa Grande. O indígena não, ele estava dentro de sua própria casa. A invisibilização dos indígenas vem daí.

Às pessoas negras dizia-se que não tinham alma, que não podiam nem entrar na Igreja. Os índios, nessa narrativa, também não tinham alma. Os pretos, as pessoas pretas, sofrem esse preconceito muito baseado no fenótipo, na cor da pele, no cabelo crespo, no nariz. Aí veio as variações de descrição dessas pessoas, com gente afirmando “Não, ele não é negro, é mulato”, “Não é mulato, é caboclo”, “É cafuzo”, etc. Foram tantos os nomes que já tentaram dar, mas nenhum colou. Mas por que eu digo isso? Porque o preto sofre preconceito simplesmente porque é uma pessoa negra. Se ele se tornar um juiz, vai continuar sofrendo racismo porque é preto. E o porteiro, como a gente já viu, é de notório saber, manda, muitas vezes, o ministro da Suprema Corte pelo elevador de serviço, como aconteceu com Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal - STF. Outras pessoas que ocupam lugares de poder que são pretas continuam sendo tratados como escravizados e não como pessoas libertas.

O indígena sofreu e sofre preconceito porque é indígena. Ele conhecia cada intrincado das matas aqui, sabia onde era fundo, onde era raso no rio, conhecia cada palmo de terra do seu território, para que servia e serve cada planta que se pode comer e o que é veneno. Foi, inclusive, com os indígenas que os negros criaram os primeiros quilombos, que nascem nos quintais das aldeias. Quando os pretos saem fugidos do açoite, do cativeiro, quem é que eles encontram na mata? Quem é que cura suas feridas? Quem é que diz, olha, essa erva aqui é boa para isso, esse aqui é bom para aquilo? Foram os indígenas.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

O colonizador vendo que não poderia lidar com o indígena como ele lidava com o preto, alcunhou nos povos indígenas o apelido de “preguiçosos”. Para dizer que “nem para ser escravo prestava”, como se ser escravo fosse alguma virtude. Quantos indígenas, dentro do seu próprio território, preferiram a morte a abaixarem a sua cabeça para o estrangeiro que invadiu, roubou suas terras, matou seus pais e estuprou suas mulheres? Eles não suportaram a ideia de servir o branco violento dominador. Porque os indígenas já eram donos da terra onde viviam e continuam sendo donos da terra, apesar do racismo e da invisibilização contra os povos indígenas, inclusive de pessoas afirmando que nós não somos indígenas. Temos que ouvir que fomos “branquificados”, pois vestimos roupas, dirigimos carros, usamos celular, temos “até curso superior”. Temos uma profissão valorizada, ganhamos um salário, então dizem que não somos mais indígenas, não temos direito às terras. É sobre isso, o indígena é o dono da terra.

O racismo cometido contra os indígenas vem daí. Da tentativa de desidentificação, da retirada da identidade, da captura do nosso espírito, da branquificação. O projeto colonial foi branquificar os indígenas, vesti-los, proibir que falassem seus idiomas, domesticar o espírito para retirar o “demônio” do corpo. Então, impuseram a língua, proibiram a adoração das nossas divindades e nos forçaram a adorar Jesus. Tentaram matar o nosso espírito, vestiram nossos corpos, estupraram nossas mulheres. Mataram nossos guerreiros, nossos anciãos, que são nossas bibliotecas e memórias vivas. Mataram nossas crianças, e matam até hoje, que são a esperança do nosso território e da nossa luta por um mundo melhor.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Isso continua acontecendo. O projeto e a guerra contra a colonização estão acontecendo agora. No território dos Guarani-Kaiowá eles estão lutando contra o veneno que os aviões jogam em cima deles. Os Pataxó, na Bahia, estão sofrendo atentados de pistoleiros a mando dos fazendeiros latifundiários. Os Yanomami estão sofrendo com o mercúrio. Os Munduruku sofrem com metal pesado em seus territórios. As crianças já nascem com deformações em função das consequências do garimpo. As próximas gerações já estão comprometidas também. Tudo isso está acontecendo agora. Nossos corpos continuam tombando agora. A guerra não acabou. Não acaba. Ela continua, por isso que a nossa luta também é constante e contínua.

RICARDO DE JESUS MACHADO: Além da violência física e da pilhagem territorial, há também uma expropriação epistemológica, não é mesmo?

MARCELO COSTA CUHÊ KRAHÔ: O apagamento da nossa identidade passa por discursos que afirmam que quando lançamos mão das tecnologias dos brancos, deixamos de ser indígenas. Se eu dirijo um carro, já não sou indígena. Se eu uso um celular, já não sou indígena. Se eu visto roupa, já não sou indígena. É muito fácil para o branco dizer quem é e quem não é indígena. O branco chega, invade, mata, destrói, rouba, e, 525 anos depois, esse mesmo colonizador, mas novas gerações, usufrui dos privilégios financeiros, étnicos e sociais ao custo do sofrimento de inúmeros parentes. Continuam a reproduzir preconceitos e dizer que o indígena que usa tecnologias dos brancos deixa de ser indígena. Mas o engraçado é que o branco, quando usa nossas tecnologias, nossos conhecimentos medicinais, tradicionais, e tantos outros saberes, não se tornam indígenas. Quando come um açaí não vira indígena.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Quando tomam chimarrão, quando comem milho, a pipoca, essas coisas, não viram indígenas. Você está entendendo o que eu estou querendo dizer? Essa equação não fecha.

É uma contradição que a gente tem que evidenciar, justamente para mostrar como o preconceito é destrutivo. Nós temos, por isso mesmo, que apresentar e evidenciar as contradições que estão dentro dele. O racismo é uma delas. Inclusive, o racismo cometido contra os ciganos que chegaram aqui quase quatro séculos atrás, deportados de Portugal e outros países da Europa, sendo deslocados de seus territórios na Espanha, na França, na Suíça, na Armênia. Eles foram deportados de lá por uma questão muito óbvia: terra e território. Então eles fizeram uma limpeza étnica ou uma gentrificação e mandaram essas pessoas para cá.

O racismo cometido contra os ciganos é o de dizer que eles não têm terra, quando, na verdade, eles foram retirados à força dos seus territórios e levados para outros. O mesmo ocorreu com os africanos. Para justificar a violência contra eles e dizer que não tem terra, não tem lugar fixo, são ladrões. Temos que ter a clareza de enxergar o racismo em todas essas nuances. O racismo é uma tecnologia de dominação que tem várias faces, e a gente precisa enxergá-las a todas.

RICARDO DE JESUS MACHADO: Levando em conta sua experiência como pessoa graduada, jornalista e cineasta, quais são, ainda hoje, os principais gargalos para a formação e permanência das pessoas indígenas na universidade?

MARCELO COSTA CUHÊ KRAHÔ: Olha, eu acho que está em franca expansão essa política pública de cotas, de acesso à educação superior para os povos indígenas. É lógico que nós temos um passivo muito grande ainda, mas é uma iniciativa muito importante. Isso tem possibilitado aos indígenas

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

que já estão, por exemplo, dentro da Universidade de Brasília - UnB, na Universidade de Campinas - Unicamp, aos estudantes aprenderem e sobretudo colocarem em causa conhecimentos epistemologicamente eurocentrados, o que permite desconstruir a narrativa de um único ponto de vista, mas, sim, propor outros a partir das nossas vivências e das nossas tradições.

Veja, não é uma opinião minha, um ponto de vista pessoal. Vemos na UnB estudantes indígenas propondo cursos de línguas, cursos de medicinas da floresta, etc. Na medida em que essa epistemologia originária vai se embrenhando pela academia e as quatro paredes das salas de aula vão sendo derrubadas, abre-se espaço para outras possibilidades de conhecimento. Isso não é, necessariamente, transmitido pelo registro da escrita, mas pela oralidade de milhares e milhares de anos. Esse conhecimento é passado com todo cuidado para manter essas culturas vivas pelos anciãos. Esse tem sido o legado desses povos ao longo de todos esses anos e a história continua viva e vivida.

Dossiê Comunicação e Pensamento Indígena

Referências

Devreux, Yves (2002). *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. São Paulo: Editora Siciliano.

Krahô, Marcelo (2020, 19 de maio). *Terra sem pecado*. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w>

Nunes, K. *et al* (2025). Admixture's impact on Brazilian population evolution and health. *Science*. 15 maio 2025. Vol 388, Issue 6748. DOI: 10.1126/science.adl3564.

<https://www.science.org/doi/10.1126/science.adl3564>